



## ATA

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

**ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**ORDEM DO DIA -----**

**INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----**

**1 – PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA. -----**

**2 – INFORMAÇÃO SOBRE SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2023. -----**

**ASSEMBLEIA -----**

**3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023. -----**

**4 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2023. -----**

**5 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2023. -----**

**DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----**

**6 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2024 PPI - PLANO DE ATIVIDADES - ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2024. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - MAPA DE PESSOAL 2024 - ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS. -----**

**IMPOSTOS -----**

**7 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2023. -----**

- 8 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2024.**-----
- 9 - DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2023 (A COBRAR EM 2024).**-----  
CÂMARA -----
- 10 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES.** -----  
DIVERSOS -----
- 11 - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE €19.000.000 – ALTERAÇÃO AO CONTRATO.** -----  
REGULAMENTOS-----
- 12 – REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES.** -----
- 13 – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – ANO DE 2024.**-----  
PROPOSTA REGULAMENTO-----
- 14 – REGULAMENTO MUNICIPAL DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO E ATRIBUIÇÃO EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO E ARRENDAMENTO PARA SUBARRENDAMENTO.**-----
- 15 – MEDIDA “EMPREENDE XXI” - REDE DE INCUBAÇÃO MUNICIPAL SET.UP GUIMARÃES – REDUÇÃO DE TAXAS PELOS SERVIÇOS DE INCUBAÇÃO NAS INCUBADORAS MUNICIPAIS.** -----  
EDUCAÇÃO-----
- 16 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS.**-----  
SAÚDE-----
- 17 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE –**



**APROVAÇÃO DO AUTO DE TRANSFERÊNCIA – RATIFICAÇÃO.-----**

**PATRIMÓNIO -----**

**18 -AQUISIÇÃO DA ANTIGA FÁBRICA DA MADROA – INSTALAÇÃO DA LOJA DE CIDADÃO E CENTRO DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE NOVA GERAÇÃO.-----**

**19 - VITÓRIA SPORT CLUBE - INSTALAÇÃO DO MODATEX - ARRENDAMENTO E SUBARRENDAMENTO. -----**

**CONTRATOS PROGRAMA-----**

**20 - CONTRATO PROGRAMA A OFICINA – 2024. -----**

**21 - CONTRATO PROGRAMA TAIPAS TURITERMAS – 2024.-----**

**22 - CONTRATO PROGRAMA TEMPO LIVRE – 2024.-----**

**23 - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA TURIPENHA – 2024. ----**

**24 - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA FRATERNA – 2024.-----**

**25 - CONTRATO PROGRAMA COM A LABORATÓRIO DA PAISAGEM DE GUIMARÃES – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ANO DE 2024.-----**

**26 - CONTRATO PROGRAMA COM A CURTIR CIÊNCIA - ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE GUIMARÃES – 2024.-----**

**ENTIDADES PARTICIPADAS-----**

**27 - CONTRATOS A CELEBRAR COM A CASFIG, EM UNIPESSOAL LDA. – 2024.**

**28 - VIMÁGUA EIM SA - ALTERAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA A CELEBRAR ENTRE OS MUNICÍPIOS DE GUIMARÃES E VIZELA E A VIMÁGUA APROVADA PELOS ÓRGÃOS DOS MUNICÍPIOS EM ABRIL DE 2023.-----**

**29 - VITRUS AMBIENTE, EM. SA – TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DE BENS – AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL. -----**

**30 - VITRUS AMBIENTE, EM. S.A. - DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO PARA O**

- BIÉNIO 2023/2024 – RATIFICAÇÃO.**-----  
FREGUESIAS-----  
**31 - FREGUESIA DE AZURÉM - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.**-----  
**32 - FREGUESIA DE ATÃES E RENDUFE - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 23 DE MARÇO 2023.**-----  
**33 - FREGUESIA DE SELHO SÃO CRISTÓVÃO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 23 DE MARÇO DE 2023.**-----  
**34 - FREGUESIA DE GUARDIZELA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.**-----  
**35 - FREGUESIA DE FERMENTÕES - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.**-----  
**36 - FREGUESIA DE SANDE SÃO MARTINHO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO / DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.**-----  
**37 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.**-----  
**38 - FREGUESIA DE ATÃES E RENDUFE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO / DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.**-----  
**39 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.**-----  
**40 - FREGUESIA DE SÃO TORCATO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.**-----  
**41 - FREGUESIA DE SÃO TORCATO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.**-----  
**42 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.**-----  
**43 - FREGUESIA DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.**-----  
**44 - FREGUESIA DE CONDE E GANDARELA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.**-----  
**45 - APOIO ÀS FREGUESIAS PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS PARQUES INFANTIS PÚBLICOS MUNICIPAIS.**-----  
**46 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA REFORÇO DE APOIO OPERACIONAL NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO BÁSICO.**



APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

**47 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.** -----

Pelas **vinte e uma horas e vinte minutos** foi declarada **ABERTA A SESSÃO.** ---

**Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos:** (PS) - José João Torrinha Martins Bastos, Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Jorge Manuel Costa Nunes, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Elsa Cristina Silva Ribeiro, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, David José Gonçalves Faria, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Pedro Manuel da Silva Mendes, Clara Sofia Abreu Barros, Francisco da Costa e Silva, Maria José Teixeira Martins, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro e Anabela Cardoso Castro; (PSD) – Ana Paula Cardoso Lemos Damião, César Nuno da Costa Teixeira, Carlos Jorge Caneja Amorim, Tiago Vieira Laranjeiro, Manuel José Araújo Ribeiro, Rui Armindo da Costa Freitas, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite e José Pedro Ribeiro Salazar; (CDS-PP) - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, Paulo Miguel Lima Peixoto e João Pedro Sousa Pinto Rego Martins; (CDU) - José Manuel Torcato Ribeiro, Inês Alves Rodrigues e João Victor Salgado Almeida; (CH) - André Filipe Mendes de Castro Almeida; (BE) – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; (IL) – Silvia Gonçalves Abreu Pinheiro. --

**Inerência do cargo de Presidente de Junta:** Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, Rosa Maria Silva de Lima (em representação do Presidente da Junta de Caldelas) – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS; Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira – CDS-PP, José Miguel Gonçalves de Sousa (em

representação do Presidente da Junta de Freguesia de Creixomil) – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, António Brás Mendes Pereira – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS; Domingos Vaz Peixoto – PS, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira – PS, Sérgio Alberto Castro da Rocha – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira – PS, Antero Daniel Fernandes Freitas (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS; António José da Silva Ribeiro – PSD, Nelson Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS; Luís António da Silva Costa Abreu – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Carlos Manuel Abrunhosa Borges – PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Ana Isabel Ribeiro Azevedo (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar) – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS. -----

**Ausências inferiores a trinta dias: Membros** - Maria da Conceição da Cunha e Castro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Vasco Manuel Azevedo Marques, Márcio Rafael da Silva Ferreira, José de Castro Dias, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Sandra da Luz da Cunha Martins, Diana Catarina Oliveira da Silva, Margarida Pinheiro Pereira, Mário Hélder Garcez Marques da Cunha Reis,



Célia Maria Abreu Magalhães, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, João Martins da Cunha, Catarina de Freitas Marques, Nuno Ricardo Teixeira de Carvalho, Ana Francisca da Cunha Monteiro, Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, Armando de Jesus Freitas Fontão, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, António Martins Gonçalves, António Alberto da Costa Martins, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, João Paulo Serra Salazar, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Maria José Lopes de Sousa Pinto e Manuel Fernando Alves Cardoso.--

**Ausência inferior a trinta dias – Vereação** – Vânia Dias da Silva.-----

**Faltaram os seguintes membros:** Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Carlos Miguel Marques de Castro, André Guimarães Coelho Lima, Emídio Guerreiro, André Faria Ferreira, Ana Margarida da Costa Teixeira, André Filipe de Castro e Sousa Casalta, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Pedro Alberto Mendes Ferreira, José de Castro Antunes, José Pereira da Silva, Rui Porfírio Lopes Silva e Tiago João Matos Rodrigues. -----

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado, e pelos Vereadores, Adelina Paula Mendes Pinto, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Alice Sofia de Freitas Marques Carvalho Soares, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, Bruno Alberto Vieira Fernandes e João Vicente Ribeiro Salgado. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

- Do requerimento do cidadão José Cunha a enviar o teor da intervenção que proferiu na sessão de 22 de setembro e a informação sobre regimentos de outros municípios a que fez referência para divulgação pelos Grupos

Municipais; - Do ofício da Câmara Municipal remetendo os esclarecimentos solicitados pelo Grupo Municipal do PSD a respeito da Educação/estabelecimentos de ensino; - Do convite da Câmara Municipal para o concerto “O Amanhecer do Romantismo” pela Orquestra de Guimarães; - Do convite da Sociedade Musical de Pevidém para as comemorações do 129º Aniversário; - Do ofício da Câmara Municipal remetendo os esclarecimentos solicitados pelo Grupo Municipal da CDU a respeito das dificuldades na aquisição de refeições escolares; - Do convite da Fundação Mário Soares e Maria Barroso para as comemorações do Centenário do Nascimento de Mário Soares; - Do convite da Câmara Municipal para a Conferência sobre o tema “A Importância das Políticas Locais na Concretização de Direitos Universais”; - Do convite da Vitrus Ambiente para a quinta sessão do “Vitrus Talks”; - Do convite da Junta de Freguesia de Caldelas para inauguração da requalificação do Parque Infantil do Pedraído; - Do convite da Câmara Municipal, da Universidade do Minho e da Fundação Dom Manuel II S.A.R. o Duque de Bragança para entrega do prémio “Príncipe da Beira Ciências Biomédicas 2023”; - Do convite da Junta de Freguesia da Costa para conferência sobre o tema “O Convento de Santa Marinha da Costa – Artistas e Obras (1598-1818); - Do convite da Câmara Municipal para o lançamento do livro “A Coleção de Menus e outra Ephemera de Helena Margaride (1929-2020); - Do convite da Câmara Municipal para as apresentações do Estudo Prévio da Requalificação da Avenida D. João IV e do Programa-base de nivelamento da Alameda de São Dâmaso, Largo do Toural e Rua de Santo António; - Do ofício da Câmara Municipal a solicitar a indicação do nome do representante de cada força política com representação na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Local de Habitação de Guimarães; - Do ofício da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local que solicita





elementos para a conclusão do procedimento relativo à desagregação da União das Freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite; - Do ofício da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local que solicita elementos para a conclusão do procedimento relativo à desagregação da União das Freguesias de Conde e Gandarela; - Do ofício da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local que solicita elementos para a conclusão do procedimento relativo à desagregação da União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente; - Do ofício da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local que solicita elementos para a conclusão do procedimento relativo à desagregação da União das Freguesias de Serzedo e Calvos; - Do convite da Câmara Municipal e do IHRU para a sessão de Apresentação do Plano de Reabilitação do Património do IHRU; - Do ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia de Conde e Gandarela remetendo os elementos solicitados pela Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, referentes ao procedimento de desagregação da União de Freguesias de Conde e Gandarela; - Do ofício da Câmara Municipal remetendo os esclarecimentos solicitados pelo Grupo Municipal do PSD sobre a Vimágua; - Do convite da Câmara Municipal para as comemorações dos 10 anos do Programa Guimarães 65+; - Do ofício da Câmara Municipal remetendo os esclarecimentos solicitados pelo Grupo Municipal do PSD relativos à Taipas Turitermas; - Do requerimento do Grupo Municipal do CH que solicita informações à Câmara Municipal a respeito do serviço de transporte flexível; - Do requerimento do cidadão José Cunha que solicita esclarecimentos sobre o cumprimento do dever de fiscalização da Assembleia Municipal; - Do ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia de Serzedo e Calvos remetendo os elementos solicitados pela Comissão de

Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, referentes ao procedimento de desagregação da União de Freguesias de Serzedo e Calvos; - Do ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia de Prazins Santo Tirso e Corvite remetendo os elementos solicitados pela Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, referentes ao procedimento de desagregação da União de Freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite; Do convite da Câmara Municipal para o Concerto de Ano Novo; - Do requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU a solicitar esclarecimentos à Câmara Municipal a respeito das obras na EN 105; - Do convite da Reitoria da Universidade do Minho para os Concertos Comemorativos do 50º Aniversário da Universidade do Minho; - Do convite da Câmara Municipal para o lançamento do livro “Simão Freitas e a Cidade”; - Do ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente remetendo os elementos solicitados pela Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, referentes ao procedimento de desagregação da União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**Inês Alves Rodrigues**, do Grupo Municipal da CDU, começou por destacar o cenário difícil enfrentado pelo povo português em 2023, caracterizado pelo aumento contínuo do custo de vida, pelo agravamento dos valores das rendas e das prestações dos empréstimos à habitação, pelos baixos salários, reformas e pensões, além da degradação dos serviços públicos, especialmente do Serviço Nacional de Saúde e da escola pública. Expressou preocupação com a possibilidade de que os problemas enfrentados em 2023 se agravem em 2024, especialmente após as opções aprovadas para o Orçamento de Estado de 2024. Ressaltou que as políticas económicas do



Governo do PS têm gerado incerteza na vida daqueles que trabalham e trabalharam, beneficiando apenas os grandes grupos económicos. Referiu o aumento das rendas e prestações bancárias, destacando a sua preocupação com os aumentos consecutivos nos custos de bens alimentares e não alimentares de primeira necessidade, que persistem há mais de um ano, afetando as famílias por todo o país. Destacou os elevados lucros das grandes empresas, que continuam a atingir valores recorde, e o apoio concedido pelo Governo a esses grupos económicos na ordem dos cento e cinquenta milhões de euros no Orçamento de Estado. Expressou preocupação com as micro e pequenas empresas, especialmente no concelho de Guimarães e nos concelhos mais próximos, que enfrentam incertezas quanto à manutenção das suas operações no novo ano. Destacou o papel importantíssimo das micro e pequenas empresas na empregabilidade e na economia, tanto no concelho quanto no país. Lembrou as celebrações dos cinquenta anos da revolução de abril, um marco histórico que representou um progresso extraordinário para a sociedade portuguesa. Destacou que as grandes vitórias da revolução de abril criaram condições para um desenvolvimento dinâmico nas esferas económica, social, política e cultural em Portugal. Enfatizou que, apesar das tentativas de minimizar a importância do 25 de abril por parte de forças saudosistas, é impossível apagar da memória coletiva do povo português conquistas tão significativas, como o direito ao voto, o fim da censura, os direitos de manifestação e de greve, entre outras. Referiu a necessidade de garantir os direitos consagrados na Constituição Portuguesa na vida dos cidadãos e residentes em Portugal. Expressou profunda preocupação com o caminho de desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde devido ao desinvestimento crónico neste setor. Destacou que 54% do Orçamento de Estado para a

Saúde de 2024 será destinado a grupos privados. Disse ser incompreensível e preocupante que nos cinquenta anos do 25 de abril a opção do Partido Socialista seja descaracterizar esta conquista de abril, um serviço público e universal de saúde, e que empurre agora o povo português para o negócio privado da doença que só serve quem pode pagar. Reconheceu o papel crucial desempenhado pelo Serviço Nacional de Saúde na luta contra a pandemia, destacando o esforço significativo dos seus trabalhadores. Referiu que, durante a pandemia, foi o Serviço Nacional de Saúde e os seus profissionais que atenderam a população quando a situação não era tão lucrativa para os grupos privados de saúde. Disse que, apesar do cenário desafiador com o qual se iniciará o novo ano, se acredita que existem forças, meios, recursos e pessoas sérias e dedicadas em Portugal, capazes de construir alternativas que melhorem as condições de vida dos trabalhadores e da população, assegurando a soberania e o desenvolvimento do país. Num contexto em que a guerra se alastra em diferentes partes do mundo, desde a Síria ao Sudão, na Palestina, no Líbano e na Ucrânia, ressaltou a importância de criar condições para pôr fim à guerra e promover oportunidades para a paz, enfatizando que, no Médio Oriente e em todo o mundo, todas as vidas têm valor. Enfatizou que ataques a civis palestinos, hospitais, ambulâncias, escolas e infraestruturas não podem ser justificados como autodefesa, especialmente quando mais de uma centena de funcionários da ONU foram mortos. Expressou a necessidade urgente de se cumprir todas as resoluções da ONU e de se estabelecer um cessar-fogo imediato, garantindo acesso incondicional e constante ajuda humanitária para socorrer a população de Gaza e pôr fim às agressões. Por fim, expressou o desejo, em nome do Grupo Municipal da CDU, de um Ano Novo melhor para o povo de Guimarães, salientando a importância da força e coragem contínuas na luta por uma vida e um mundo de paz e justiça. -----



**Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito**, do Grupo Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Portugal é, como se sabe, um dos países mais desiguais da Europa, o quinto onde esta é maior, com um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento de 32%. Desigualdade tende a gerar imobilidade social. Uma sociedade imobilista não permite demonstrar e premiar adequadamente o talento, as novas ideias, a inovação ou a demonstração de capacidades cognitivas ou socio emocionais traduzidas em maior produtividade e riqueza agregada. Não permite, sobretudo, valorizar a diversidade dessas ideias de forma independente da sua origem social. Em Portugal existem baixos índices de mobilidade social entre os mais pobres e os mais ricos, ou seja, utilizando uma expressão do relatório da OCDE de 2018, os “pisos e os tetos pegajosos” impedem que as pessoas subam e desçam no elevador social. É conhecida a consistente correlação entre a condição socioeconómica dos pais e a dos filhos adultos. Em Portugal pode levar-se aproximadamente 5 gerações para que crianças nascidas em famílias na parte inferior da distribuição de rendimento alcancem o rendimento médio. E nesta desigualdade, em Portugal, o rendimento médio de quem possui qualificações de nível superior é quase 70% mais elevado do que quem possui habilitações médias. Sras. e Srs. Deputados, a educação tem, pois, um papel crucial na promoção de justiça e da mobilidade social, na melhoria das oportunidades sociais e profissionais, no acesso ao conhecimento e à fruição de bens culturais, no atingir de patamares de rendimento superiores. Como tal, mensurar o conhecimento numa base internacional é sempre um exercício importante para aferir e corrigir. Por isso os resultados do PISA - estudo internacional que avalia a literacia dos alunos de 15 anos nas áreas da matemática, ciências e leitura - divulgados há

poucos dias, devem preocupar todos, pela queda sem precedentes, nos resultados dos alunos portugueses. Portugal é um dos cinco países (em 81) onde a média a matemática está ao nível do que seria de esperar de alunos com 14 anos, em 2018 e 30% dos alunos, nesta disciplina, não foi capaz de resolver os problemas mais fáceis. Para o nosso sistema de educação, temos de recuar até 2006 para semelhantes resultados. Uma queda de 20 pontos que faz recuar 15 anos na história do PISA, 20 pontos que subimos entre 2006 e 2015 (ano do início dos governos socialistas) perdidos agora de um ciclo para o outro. Sr. Presidente e Srs. Deputados, numa análise demasiado primária, a pandemia poderia ser a única causa destes resultados, como alias adverte a OCDE para essa simplista avaliação. Mudanças socioeconómicas, como o contínuo empobrecimento do país e perda de competitividade, ou alterações da política educativa, como promovidas pelos governos socialistas, ou mesmo, e o desinvestimento na educação são fatores que muito influenciaram este enorme retrocesso da educação em Portugal. O grande salto de Portugal ocorre depois da introdução do exame nacional de 9.º ano, a grande quebra sucede quando se suspende avaliação, induzindo um menor envolvimento e compromisso com a aprendizagem e com a manutenção do conhecimento, ou seja, favorecendo o facilitismo. Mas como podemos transmitir conhecimento se, hoje, milhares de alunos não tiveram, neste mesmo período letivo, aulas (mais de 32.500 estão sem professor a pelo menos uma disciplina) ou quando pretendemos uma formação de professores cientificamente sólida, se contratam professores sem formação pedagógica. Ou ainda, quando se esquece da necessidade de programas e condições para o rejuvenescimento da classe docente. Desinvestir em educação é desinvestir no futuro de Portugal, porque sem educação não há cultura, não há ciência, não há justiça, não há saúde, não há desenvolvimento. Minhas Senhoras e meus Senhores, muito se tem falado,



em Guimarães, na importância do conhecimento e da educação para a estratégia local de desenvolvimento (com o qual filosoficamente concordamos) e, dando nota do caminho excecional que se tem percorrido (do que temos tido alguma pragmática reserva). Para os otimistas ou irrealistas, este relatório é um aborrecimento, para o qual, seguramente, encontrarão plausíveis explicações. Mas o fundamental desta chamada de atenção da OCDE para Portugal é que o motor do elevador social, a educação, avariou e oito anos (desde 2015) de tentativa de conserto apenas conseguiu que o ascensor descesse. Esta incapacidade leva-nos, ainda, ao imobilismo e à persistência das desigualdades. Uma sociedade cada vez mais dependente do Estado e mais desigual. Uma sociedade sem educação é uma sociedade sem alma, sem vida. Constatamos, pois, que em oito anos, os atuais especialistas não conseguiram criar políticas educativas para por o elevador em funcionamento. Nunca tivemos dúvidas que, tal como o faziam, o caminho era de descida. O CDS espera que, a partir de março, outros especialistas venham para repor o ascensor a subir.” -----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Sobre o ambiente, reconhecemos os esforços feitos pelo município e por todos os outros envolvidos na candidatura a capital verde europeia. Apesar do resultado não ser o desejado, o processo teve com toda a certeza benefícios, quer ao nível de intervenção, quer ao nível do conhecimento. Podemos dizer que a cooperação é também um forte instrumento no que diz respeito á atingir objetivos. Trazemos então hoje a votação, uma recomendação ao executivo que vai exatamente ao encontro do que dissemos anteriormente. Graz a Vilnius serão, se assim for do entender de todas as partes claro, parceiros fulcrais nas pretensões de Guimarães. Até

porque, e como foi tornado público, o executivo decidiu concorrer novamente ao tão ambicionado premio. É costume quando não atingimos um objetivo, não reagir de cabeça quente, nem por impulso. Por isso perguntamos ao senhor presidente: 1. O que lhe transmitiu tanta confiança para anunciar num tempo recorde uma nova candidatura, quase que instantânea? Sobre o mesmo assunto pergunto ao grupo municipal do PS – 2. Haverá uma nova comissão especializada de acompanhamento a esta candidatura ou estão satisfeitos com o trabalho passado, serviu para mostrar coesão e ficamos por aí? Ainda sobre o ambiente destacamos o Workshop realizado sobre o Plano Municipal para a Ação Climática. Tivemos a oportunidade de ver em que ponto se encontra o trabalho e de deixar à consideração alguns fatores que temos a certeza que poderão ser fundamentais para a elaboração do mesmo. Contudo e para eu seja assumido um compromisso, perguntamos: 3. A comissão de acompanhamento a este plano será apenas uma equipa de trabalho nomeada pelo executivo ou haverá lugar para as forças políticas? 4. E se essa comissão vai continuar em funcionamento acompanhando a execução do plano ou será apenas para a elaboração? Sobre a mobilidade, cada um joga com as armas que tem, e poderá haver 1001 desculpas para tentar justificar o *timing* da “promessa” sobre o Alfa Pendular. Só faltou dizer que pelo PS o mesmo volta a funcionar dia 11 de março. Anunciar uma candidatura é da responsabilidade do Presidente. Prometer mãos cheias de nada é um costume dos Presidentes Socialistas. Repudiamos totalmente este tipo de influência sobre os Vimeirense. Sobre a Via do Avepark, não nos desviamos do voto favorável à construção da mesma. Mas muitas variantes estão a alterar. Neste momento sabemos que 2000 funcionários serão cortados de uma empresa daquele parque industrial, uma grande derrota a vários níveis, assim como algumas derrotas do projeto no que diz





respeito à justiça. Não é por perdermos uma andorinha que acabava a primavera, mas digamos que neste assunto já é outono e ainda está feito. Por isso perguntamos: 5. Em que ponto está a construção da mesma? Se tivesse que dar uma nota de 0 a 10 sobre a viabilidade e necessidade desta via neste momento que nota é que o senhor presidente da câmara atribuíria.”

**Tiago Vieira Laranjeiro**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Por estes dias, que antecedem a comemoração do meio século da revolução de abril, dei por mim a cantarolar uma canção de Paulo de Carvalho. Não, não era o Depois do Adeus, nem sequer o belo hino “Paz, pão, povo e liberdade”, do meu partido. Era uma música lançada em 1980 para comemorar uma década de carreira musical. “10 anos é muito tempo, muitos dias, muitas horas a cantar”, canta a letra. Vem isto a propósito do 10.º aniversário que passou recentemente sobre a eleição de Domingos Bragança como Presidente da Câmara. No dia em que também debatemos aqui o último orçamento cuja execução será completada durante o seu mandato, penso que temos um bom quadro para fazer um balanço desta década. Para isso, fui ao baú ouvir uma entrevista que o então candidato, Domingos Bragança, deu à Rádio Fundação em 2013. Ah, e do programa eleitoral que então apresentou aos Vimaraneses. É curioso que as preocupações, ao falar de Guimarães, são praticamente as mesmas, em 2013 que em 2023. Na altura, Portugal atravessava o período de intervenção da troika, com Guimarães a ser assolada por elevadas taxas de desemprego. E em 2023? Embora a população desempregada seja sensivelmente metade da que era em 2013, Guimarães tem visto aumentar significativamente o número de desempregados. Só no mês de outubro houve 929 novas inscrições no Centro de Emprego, e apenas 195 colocações, com os despedimentos e fins

de contrato de trabalho como principais motivos para as inscrições. Em 2013, Domingos Bragança dizia que o crescimento económico era a prioridade pela qual se candidatava. “Tem de ser”, afirmou. É este o resultado da diversificação da economia? Do potencial das indústrias criativas e culturais então prometidas? Ou o resultado da incubadora de empresas de base agrícola e alimentar? Ah! Já sei. Foi o projeto prometido para Guimarães por Ricardo Costa em março de 2018, o Set.UP Guimarães, que sucederia ao Guimarães Marca e mobilizaria 200 milhões de euros de investimento direto no nosso concelho! O equivalente a duas Capitais Europeias da Cultura! E que, sonhava Ricardo Costa, “Se não vier no quadro de apoio de 2020, podemos projetar para 2030. Se não encaixar as regras, mudam-se as regras”. O quadro de 2020 acabou, o PRR está a acabar e o sonhado investimento de 200 milhões de euros foi-se materializando pelas mãos de Bragança, resultando agora na Academia de Transformação Digital, na antiga escola do Alto de Pevidém. Se os mandatos anteriores tinham sido de investimento em infraestruturas, em 2013 Domingos Bragança afirmava que o fundamental era dar funcionalidade e conteúdo às plataformas físicas que tinham sido construídas ou estavam em construção. Falamos da Plataforma das Artes, do CIAJG, da Casa da Memória. 10 anos depois, o que fica do que mudou? A Plataforma das Artes foi um problema permanente ao longo do mandato. Os Laboratórios Criativos, o “marketing place”, a “imagem de marca da cidade” foram ficando pelo caminho. Como o problema, já que em 2018 Domingos Bragança prometeu «uma reflexão sobre o modelo a seguir pela Plataforma das Artes e Criatividade para criar um "centro de referência"». No que deu essa reflexão? O que ficou dessa funcionalização dos equipamentos? Mas se, em 2013, Bragança dizia que a nível de infraestruturas estava quase tudo feito, o mesmo não dizia sobre a mobilidade. Via do Avepark (então com outro nome), requalificação das



acessibilidades às vilas, muitas eram as promessas. As obras, foram-se fazendo. No centro da cidade, sempre privilegiando uma “certa ideia de cidade” com menos automóveis, mas também com menos lugares de estacionamento e sem alternativas eficazes de mobilidade. Ideia que agora continua, na prometida requalificação da Avenida D. João IV. Resultando num aumento do estacionamento irregular, que contribui para o caos dos engarrafamentos, comparáveis aos de uma grande metrópole. E as prometidas requalificações das acessibilidades às vilas? A ligação às Taipas e a Ponte? Ou a Moreira de Cónegos e Lordelo? Ou a Brito e Ronfe? Para onde quer que olhemos a partir da cidade, é difícil ver melhorias efetivas na mobilidade, com redução do tráfego automóvel ou criação de alternativas. Sim, porque a prometida rede de vias cicláveis entre os núcleos urbanos do concelho, excetuando pequenos circuitos na cidade, transformou-se em marcas registadas na faixa de rodagem automóvel, não sendo, portanto, vias dedicadas a bicicletas e pondo em risco ciclistas, automobilistas e peões. E que é feito do Plano de Gestão de Drenagem de Águas Pluviais? Tivemos a criação das bacias de retenção nas Hortas, e agora decorre uma obra entre a Rua Padre António Caldas e o parque da cidade. Mas nem por isso o problema se resolve, como se vê bem por todo o concelho, quando a chuva abunda, com água a invadir ruas, passeios e até casas, como se vê em Aldão e na Costa. 10 anos é muito tempo. Se a eles acrescentarmos os 7 em que Domingos Bragança foi vice-presidente, responsável pelo pelouro financeiro e obras públicas, então a Guimarães de Bragança está quase a atingir a maioria. Que marca fica desta gestão? Os problemas são, em 2023, muito semelhantes aos de 2013. Em Guimarães parece vingar a máxima de Lampedusa: “é preciso que algo mude para que tudo fique na mesma”. O asfalto das estradas vai-se mudando, a estrada permanece, com os mesmos

engarramentos. Resta-nos a promessa de outro cantor português: “quem ganhou, ganhou, e usou-se disso. Enquanto houver ventos e mar. Enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar.”” -----

Tiago Vieira Laranjeiro respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Chegamos ao final de mais um ano, fazendo os habituais balanços e antevisões da época, onde constatamos sempre que há algo de podre, não no Reino da Dinamarca como nos dizia Shakespeare (por muito que tenham também os seus problemas por lá), mas na República Portuguesa onde vivemos. Mais um ano difícil, somos forçados a dizer como já tem sido recorrente nesta conjuntura. Em 2020 e 2021 a pandemia de Covid-19 capturou as nossas expectativas e o nosso modo de vida. Em 2022, a invasão russa à Ucrânia impulsionou a espiral inflacionista da economia europeia. Em 2023, terminamos o ano no olho do furacão de uma crise política, algo impensável quando no ano transato este Governo foi eleito com o suporte de uma maioria parlamentar. Mas não só de crise política nos podemos queixar relativamente ao ano que agora cessa. Falamos também de uma catadupa de outras crises, que se mantiveram ou agravaram perante a inação ou patrocínio do poder local, nacional ou transnacional. Tocando na referida crise política, percebemos que a maioria absoluta do Partido Socialista cai, lá está, de podre, após menos de dois anos, por culpa própria, sem poderem desta vez acusar os antigos parceiros de “geringonça” de traição. A estrutura partidária traiu-se a si mesma, com um rol dos já tão propalados “casos e casinhos” que foram degradando não só a reputação dos titulares de poder envolvidos, mas todas as instituições democráticas e republicanas. Este rol acabou por apanhar até a própria figura do primeiro-



ministro, culminando a saga das trapalhadas mediáticas com a dissolução da Assembleia da República. Não contente, o Presidente da República optou ele próprio também por entrar nesta dimensão novelística da política, com o ainda quente caso do favorecimento das gémeas luso-brasileiras. Também ao nível local o executivo não quis ficar de fora deste fulgor da polémica, com a controversa troca de mensagens que levantou dúvidas sobre a atuação do vereador Néilson Felgueiras. O que estes casos têm em comum é que colocam em causa a impoluta natureza do exercício de cargos de poder, a denominada “ética republicana” e os valores base do regime, para lá de questões de legalidade que não vou aqui tocar, separando aqui as consequências jurídicas das políticas. Mais palpável para a nossa população do que as novelas mediáticas do poder dominante é mesmo a crise económico-social que nos continuou a assolar durante este ano. A inflação continuou a degradar as nossas condições de vida e a atacar o poder de compra das famílias, com as notórias consequências em todo o seu quotidiano. Como é óbvio, essa realidade não incomoda particularmente os grandes grupos económicos que lucram milhões com esta crise nem o Governo que foi puxando galões da sua política orçamental enquanto beneficiava com os efeitos na receita dos impostos sobre o consumo. Tudo isto, enquanto permanecemos num país de salários desvalorizados, com pouca capacidade de resposta e um escalar tão gravoso de preços, em que o salário médio, fruto do ataque à contratação coletiva, não arranca para muito mais acima do que o salário mínimo nacional. O Governo tentou, durante este ano, vender a ideia de uma reforma da lei laboral, sem que, retirada a maquilhagem da propaganda, exista nela mais do que um conjunto avulso de pequenas conquistas, importantes, mas que não tocam nas medidas impostas pela Troika e pelo Governo PSD/CDS, nomeadamente

nos dias de férias ou na compensação por despedimento, por exemplo. Vemos, no entanto, o Partido Socialista a chutar essa questão para a responsabilidade do governo das Direitas, quando na oportunidade que teve para reverter essas disposições indignas, optou por agradar ao poder patronal. O desemprego apresenta tendências crescentes, especialmente em Guimarães, onde vimos uma subida preocupante deste flagelo socioeconómico. Estamos em 4º lugar dos concelhos do Norte no número de desempregados inscritos, apenas atrás de concelhos da área metropolitana do Porto. Este 4º lugar não conta como no futebol nem nos dá acesso a competições europeias, mas deixa-nos envergonhados e preocupados. Se quem recebe um salário sofre diariamente com o custo de vida, pensemos em quem passará esta quadra sem a certeza de um rendimento. Exigem-se respostas sociais que ataquem a pobreza no país e no concelho e que empoderem a nossa população. Na habitação, vivemos uma verdadeira emergência, que o Bloco sempre denunciou aqui em Guimarães e no país. Comprar casa nos centros urbanos é uma miragem para quem não é da classe alta ou representa um fundo imobiliário especulativo. Continuamos a prender os nossos jovens a casa dos pais, pois um salário em início de carreira não permite a independência financeira para uma autêntica aventura imobiliária, num panorama gritante de aumento dos juros à habitação. As rendas vão também subindo, sem que o Governo tenha colocado travão. Muitas famílias receberam como prenda para este Natal uma carta do senhorio fixando um aumento de renda na ordem dos 7%, isto, quando a realidade já demonstrava o peso total dos custos habitacionais no salário-médio brutal. Esta crise habitacional prova que, deixando o mercado operar livremente, ele procurará o lucro rápido e fácil e não o bem comum – somos dos países europeus com menor taxa de habitação pública e isso não parece mudar. Também em Guimarães, continuamos a propor um parque



municipal de habitação que parece distante das intenções do executivo. A crise climática também não nos parece dar tréguas. As previsões, como seria de esperar pelos mais atentos, continuam catastróficas. A nível mundial, continuamos a ver o escalar de conflitos armados para o prejuízo dos povos. A Ucrânia continua a sofrer com a agressão imperialista russa, assim como o povo palestino está a ser vítima de um escalar do massacre perpetrado por Israel desde há décadas. Condenamos qualquer demonstração de violência nem caímos na hipocrisia de quem defende os direitos da população ucraniana e ignora os da palestina, talvez com base em algum critério étnico-racional. Se o afastamento geopolítico e a hostilidade ucraniana face à Rússia não justificam a invasão do ano passado, também o hediondo ataque do Hamas não justifica a chacina em curso operada pelo Estado de apartheid de Israel, apoiado a nível nacional pelos partidos do centro e da direita e patrocinado pela União Europeia. Neste Natal e na entrada num novo ano, desejamos que todas as expressões de violência e opressão conheçam o seu fim e que os decisores políticos, em Guimarães, no país e no mundo estejam à altura desta responsabilidade.” -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Pedro Manuel da Silva Mendes e André Filipe Mendes de Castro Almeida. -----

**Manuel José Araújo Ribeiro**, do Grupo Municipal do PSD, começou por referir a frase marcante do atual Primeiro-Ministro, “Palavra dada, palavra honrada”, frase adotada pelos apoiantes do Partido Socialista e que considera ter sido transformada em epitáfio na vida política nacional. Referiu o incumprimento de promessas políticas em Guimarães, onde ao longo de muitos anos houve muitas promessas feitas, mas poucas honradas. Fez uma retrospectiva do período de 2015 a 2023, destacando-se que pouco

foi realizado, tanto em termos materiais, quanto imateriais, referindo, ainda, que aquele período coincidiu com a maioria do governo socialista. Destacou a incapacidade da anunciada via do Avepark em resolver os problemas de acessibilidade, observando que a sua não concretização ao longo de três mandatos é indicativa dessa falha. Ressaltou a necessidade de requalificar os principais eixos rodoviários de ligação à cidade, como os eixos sul-norte-poente e as estradas nacionais de ligação às vilas e aos concelhos vizinhos, para transformá-los em avenidas urbanas com corredores exclusivos para transportes públicos. Referiu a necessidade urgente de um acesso à autoestrada na zona de Brito para dinamizar economicamente os parques industriais locais. Destacou, ainda, as falhas na requalificação da EB 2, 3 D. Afonso Henriques, em Creixomil, e da EB 2,3 de Pevidém, bem como a falta de realização de outras obras públicas necessárias, como a conclusão do campus da justiça e a abertura do centro de hemodinâmica após o investimento privado. Terminou dizendo que o concelho de Guimarães é um projeto adiado. -----

**Susana Gabriela Meireles Campos Nunes**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Dois anos decorridos sobre as últimas eleições autárquicas é o momento de observar qual o ponto da situação dos compromissos assumidos pelo executivo camarário que governa democraticamente Guimarães. O programa eleitoral do Partido Socialista, respaldado pelos vimaranenses, norteia com rigor as políticas e a ação do executivo camarário, qual candeia que ilumina o caminho. Para esta avaliação recorro a uma obra-prima da comédia satírica britânica de uma trupe que transformou o humor. Falo-vos, dos Monty Python e de um dos seus filmes, a “Vida de Brian” e de uma rábula, em particular, que se pode titular com uma pergunta “o que é que os romanos fizeram por nós!?” Nesta rábula, que uso como metáfora, são





referidos contributos, e a cada um que é referido, a resposta com desdém é: pois é verdade, mas para além disso?! O que fizeram por nós?! E a cada contributo, obra, ou política adotada, repete-se a resposta. Não raras vezes a postura da oposição nesta assembleia parece incorporar um idêntico desdém, desta feita face à ação do executivo do partido socialista. Não enxergando a ação do executivo, ou enxergando, mas procurando desvalorizar, reduzindo toda e qualquer ação, por mais relevante que seja, a nula. Sras. Sras. Deputados, neste contexto a pergunta: “O que é que governação do executivo socialista fez por Guimarães?” E, começando pelo emprego, já que aqui foi falado. O que é que o PS fez pelo emprego? Em 2013 haviam em Guimarães 12 315 desempregados. E em 2023? 6.580. Pronto, mas para além do emprego? Centremo-nos, nos últimos dois anos: O que é que o executivo fez pela mobilidade e ambiente? - A nova concessão de transporte coletivo de passageiros que garantiu maior oferta, mais flexível e mais descarbonizada. - O transporte flexível de passageiros, recentemente aprovado nesta assembleia, com viaturas 100% elétricas. - Foi garantido o financiamento do PRR no valor de 37,5 milhões de euros para a construção da via do Avepark. - Foram reforçadas várias medidas de redução tarifária de passes para as faixas etárias. - Guimarães foi finalista na candidatura a Capital Verde Europeia. E prepara a uma nova candidatura. - Cresce a rede de carregamento elétrico por todo concelho. - Multiplicam-se as Brigadas verdes, alarga-se a implementação do plano de gestão de bio resíduos. E tanto mais... pois, a herança para as gerações futuras é central e uma das marcas do atual executivo. Pronto! É verdade! Mas o que é que o executivo fez pela cidade? A cidade expandiu-se. Há mais cidade na cidade. Sem se ensimesmar, sem perder identidade. - A reabilitação dos fornos da Cruz de Pedra, - As obras em execução da escola hotel do IPCA, - A aquisição

da antiga fábrica da Madroa para a instalação da Loja do Cidadão e de um Centro de Acolhimento Empresarial. - E, se Aqui Nasceu Portugal, a refuncionalização da Torre da Alfândega, resultado de vasta pesquisa. - A requalificação da rua d. João I, - O reperfilamento da Rua Padre António Caldas; - A Inauguração do Teatro Jordão e Garagem Avenida, um espaço onde se multiplica o conhecimento devolvendo vida à cidade. Com novos palcos para cidade e para o mundo: Acolheu o supercomputador deucalion. Pronto! É verdade! Mas além de dar mais cidade à cidade? Então as freguesias? Por exemplo? - Foi requalificada rua Nossa Sra. da Guia em Atães; - Requalifica-se o centro cívico da vila das Taipas, e a Centralidade de Serzedelo; - Está em construção o novo Centro de Saúde de Moreira de cónegos; - E, o novo posto da GNR de Lordelo; - Foram inauguradas novas hortas pedagógicas em Urgezes; - Reabilitação do Castro do Sabroso; - Executado o acesso pedonal entre o parque industrial de Mide e o apeadeiro de Lordelo. - Consolidação e restauro da ponte de Soeiro em Serzedelo, - A requalificação da avenida 24 de junho em Aldão; Pronto! É verdade! Mas além da coesão territorial, o que fez pela educação e ciência? A aposta na educação é estratégica para o executivo e para o partido socialista. - A requalificação total da Escola de São Torcato, e da EB1 de Abação; - Aumento significativo de alunos no pré-escolar e primeiro ciclo. E, a abertura de 11 novas salas no pré-escolar, atingido uma cobertura de quase 100%; - Implementação da descentralização de competências - E da plataforma Inovar em todas as escolas; - A construção a nova Residência de estudantes no Avepark; - As crianças do JI e do 1º ciclo beneficiam de horários adequados às necessidades das famílias, lanches e complementos alimentares; - Estão em curso diferentes projetos ao dispor dos alunos em áreas distintas. - Guimarães aposta na relação com as universidades e na transferência de conhecimento para o território. Por tudo isto e muito mais,



Guimarães destaca-se no indicador da equidade. Para a Unicef: Guimarães é um exemplo nacional de cidade amiga das crianças. Pronto! É verdade! Mas, o que fez pela habitação e coesão social? - Com a habitação na centralidade política pela mão do partido socialista, Guimarães avançou com a estratégia local de habitação e já garantiu o apoio de 35 milhões do PRR. - Foram melhoradas as condições de habitabilidade e de eficiência energética dos prédios dos bairros de Urgezes, Azurém, Mataduços e Coradeiras. - Foi constituído o concelho municipal de habitação e está em curso a elaboração da carta municipal de habitação, - Com apoio do PRR serão contruídas 111 habitações, conforme aprovado na última AM, e prossegue o novo concurso para aquisição de mais 61 habitações. - O município assumiu a descentralização de competências na área social, reforçando o valor disponível aos cidadãos garantindo um serviço integrado e de proximidade. - Reforçou os apoios através do RMISG às instituições sociais, em quase 2 milhões de euros ano, exponenciando a ação da rede social. - Multiplicou os apoios aos projetos de diferentes juntas de freguesia, respondendo às necessidades identificadas localmente. - O apoio à rede social para a abertura de novas creches resultou em mais de 400 vagas até ao momento; - Celebrou 10 anos de 65+ um programa de suporte social aos seniores com mais de 65 anos, reforçando-o; Fortaleceu o apoio social para que ninguém fique para trás, pensando, como disse o Papa Francisco: em Todos, Todos, Todos. Pronto! É verdade! Mas... O que é que fez pela cultura e o património? - Neste mandado assistimos à instalação da escola de artes performativas e artes visuais e do conservatório de música no Teatro Jordão e Garagem Avenida, qual incubadora artística. - Ao enquadramento sui genesis do bairro C: ciência, conhecimento e cultura... que percorre as artérias da cidade. - O Impacta apoia financeiramente, reconhece e projeta o

potencial das instituições e dos artistas. - Guimarães permanece cidade de cultura, com um vasto programa cultural: Que recebe, divulga, programa e cria, permanentemente. - E, o alargamento (para o dobro) da área da área Património Mundial da Humanidade à zona de Couros, que a todos orgulha e responsabiliza, quais janelas viradas para o chão que se abrem e nos abrem ao mundo. Tal como na rábula os Monty Pynthon diriam: Pronto! Percebi. Mas muito mais há a elencar... pese embora os desafios maiores que a pandemia, as pressões inflacionistas e as guerras acrescentaram, sabemos para onde vamos, com humildade e persistência, pela execução do programa sufragado num absoluto compromisso com os vimaranenses de todas as gerações. Procurando fazer mais e melhor e como canta Jorge Palma: enquanto houver estrada para andar a Gente vai continuar. Enquanto houver ventos e mar a gente não vai parar. E, já que o senhor deputado do PSD trouxe a mesma letra, deixo uma outra, de Sérgio Godinho: Os senhores “Estão à espera do comboio na paragem do autocarro.” -----

A intervenção de Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, conduziu **Tiago Vieira Laranjeiro** e **César Nuno da Costa Teixeira**, ambos do Grupo Municipal do PSD, a protestar. -----

Nesta sequência, **Susana Gabriela Meireles Campos Nunes**, contra protestou. -----

Susana Gabriela Meireles Campos Nunes respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Torcato Ribeiro e André Filipe Mendes de Castro Almeida. -----

**Sílvia Gonçalves Abreu Pinheiro**, do Grupo Municipal da IL, começou por destacar que 2023 foi marcado pelo aumento da inflação, uma crise prevista, porém, com impacto real e direto na vida de todos, especialmente devido à subida de preços do cabaz de compras e das taxas de juro, afetando



famílias e empresas. Ressaltou a conjuntura económica em constante crise há 25 anos em Guimarães, caracterizando-a como uma crise permanente. Descreveu Guimarães como um reflexo do país, envelhecido, estagnado e com projetos interessantes, mas incapaz de reter os jovens devido à falta de oportunidades, especialmente em termos de trabalho qualificado e bem remunerado, e habitação. Enfatizou que, apesar das dificuldades, existe uma visão para Guimarães como uma cidade empreendedora, capaz e ambiciosa, com orgulho na sua produção e com oportunidades para que os indivíduos explorem todo o seu potencial. Destacou a importância do planeamento para alcançar esses objetivos. Declarou que a Iniciativa Liberal defende, e sempre defenderá, uma visão para Guimarães, onde os cidadãos possam sonhar e ter ambição para além do trabalho na função pública. Com uma análise dos indicadores socioeconómicos do concelho, destacou o aumento significativo de 24% no número de inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional em setembro, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Observou que a taxa de desemprego em Guimarães está acima da média nacional, atualmente em 7,5%, enquanto o salário médio do concelho é de 1000€, em comparação com os 1300€ a nível nacional, indicando uma clara falta de rendimento das famílias vimaranenses. Destacou um aumento na percentagem da população com mais de 65 anos, atingindo 21% em Portugal, e seguindo uma trajetória semelhante em Guimarães, enfatizando a necessidade de analisar as razões por trás desse fenómeno. Referiu a urgência de fixar jovens em Guimarães e captar investimento de novas empresas, com base na oferta educativa das universidades e politécnicos locais, que tragam empregos qualificados, a fim de garantir que a população jovem não precise de migrar para outros concelhos. Referiu a problemática da habitação em Guimarães destacando

que quem viver em Guimarães tem de ter essa opção. Sobre o investimento em 2023 na sustentabilidade ambiental, lamentou não se ter alcançado o título de Capital Verde Europeia acrescentando que ainda há muito para se fazer. Referiu a necessidade de melhorar o serviço de recolha de resíduos, a aposta em energias renováveis, a melhoria da qualidade do ar, a criação de espaços verdes e a garantia da limpeza do Rio Ave como as principais prioridades que o Município deve ter. Terminou apelando para que, em 2024, haja coragem por parte do executivo para se focar nas políticas estruturais que cumpram uma visão de Guimarães de futuro, Guimarães empreendedor, Guimarães capaz, Guimarães com orgulho e ambição. -----

**Pedro Manuel da Silva Mendes**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “No passado mês de outubro, a Câmara Municipal de Guimarães promoveu o Mês da Economia. Esta Mês da Economia assentou em 7 pilares fundamentais para percebermos não só o quadro económico do concelho, do país, e do mundo, mas também para nos ajudar a perceber que caminhos trilhar no futuro. Estes pilares, o Estado da Arte; a Inovação; a Digitalização da Economia; a Inteligência Artificial; o Crescimento Económico; a Sustentabilidade e Tendências do Futuro, não foram, obviamente, erguidos no acaso. Estes pilares foram erguidos com base na estratégia do município de Guimarães, há muito delineada pelo Presidente Domingos Bragança e pelo Partido Socialista, para fomentar a economia do concelho e da região. E, caras e caros deputados, esta estratégia tem corpo, tem corpo no Parque de Ciência e Tecnologia do AvePark, tem corpo no Set.Up Guimarães, tem corpo no Guimarães Marca, tem corpo no Espaço Empresa, no Retomar Guimarães, no Lugares com História, na participação na Iniciativa Nacional de Cidades Circulares, nos projectos Económicos de Interesse Municipal, no Inova Juntos, no Urbact Cities ou no Guimarães Une entre muitos outros



programas ou ações que visam acelerar, agilizar e fomentar o crescimento económico do Concelho, não esquecendo nunca a inclusão e a justiça social, o respeito pelo meio ambiente e pela sustentabilidade, fomentando uma economia cada vez mais verde, alavancando novos modelos de negócio e fazendo crescer aqueles já existentes no Concelho, desmistificando no caminho ideias pré-concebidas em relação às indústrias enraizadas, acrescentado valor tecnológico mas também humano, reforçando as competências dos trabalhadores e promovendo a reconversão profissional, continuando e reforçando a aposta na educação, na ciência e na tecnologia, alargando os canais de comunicação e transmissão de conhecimento das academias para as empresas e para a sociedade, mas, ao mesmo tempo, mantendo os olhos no futuro, criando condições para atrair cada vez mais e melhor investimento, e trabalhando para alavancar a qualidade do trabalho e dos rendimentos dos vimaranenses. Este mês da economia contou com intervenientes dos mais variados quadrantes, com as mais variadas experiências e com as mais variadas visões do mundo, permitindo não só a perceção dos diferentes momentos dos mais variados sectores económicos, mas também que caminhos se estão a trilhar para enfrentar os desafios de um mundo em que os negócios, as empresas e as profissões evoluem dia após dia a uma velocidade estonteante. Discutiu-se a academia mas também o chão de fábrica, discutiram-se as grandes políticas estatais mas também a inovação das empresas que nasceram nas mais rudimentares e pesadas indústrias, mas que hoje são faróis do desenvolvimento tecnológico, discutiu-se a diversificação dos sectores de produção, mas também de que forma o tecido empresarial pode absorver o conhecimento, discutiu-se a criação de valor acrescentado nas indústrias tradicionais do concelho, mas também a inovação na área das indústrias da saúde e dos biomateriais.

Discutiu-se a economia, mas também as pessoas, e o que é que este processo transformativo representa para cada um de nós e o que significa para todos nós enquanto sociedade. Como disse o Sr. Ministro da Economia e do Mar, António Costa Silva, “o futuro exige soluções”, e foram também essas soluções que foram pensadas, que foram discutidas e que foram aprofundadas em Guimarães. Termino, caras e caros deputados, felicitando o executivo, e em particular o Sr. Presidente da Câmara Dr. Domingos Bragança, pela iniciativa Mês da Economia, pelo seu alcance, pela sua profundidade e pela criação de uma dinâmica de discussão da economia em Guimarães, mas também pela capacidade de atração e do envolvimento da academia, da sociedade civil e dos mais altos quadros do estado, como foi o caso do supracitado Sr. Ministro da Economia e do Mar António Costa Silva. Parabéns Sr. Presidente, parabéns ao executivo, é assim que transformamos a nossa sociedade e é assim que, num processo obviamente evolutivo, empoderamos os vimaranenses e criamos condições para um futuro melhor para todos.” -----

Pedro Manuel da Silva Mendes respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Sílvia Gonçalves Abreu Pinheiro. -----

A **Vereadora Adelina Paula Mendes Pinto** começou por referir que o PISA é um documento estruturante para quem governa, acrescentando que em Guimarães foi criado o “PISA for Schools”. Disse que Guimarães, antes da pandemia, estava acima da média nacional e acima da média da OCDE e que no pós-pandemia desceu. Referiu que mais do que mostrar os resultados no português, na leitura, na matemática e na ciência, o PISA mostra a justiça social, pois continua a depender dos contextos socioeconómicos das famílias. Disse que famílias com contextos socioeconómicos mais favorecidos têm melhores resultados. Acrescentou que a escola não deixou de trabalhar as competências da leitura, da matemática e da ciência. Disse





que o problema assenta numa excessiva infantilização das crianças, com pouca autonomia. Anunciou que está a ser desenvolvido um projeto em Guimarães, com caráter inovador, que abrange as crianças das idades compreendidas entre os zero e os três anos, que tem como objetivo preparar as crianças e as famílias para vários contextos para que depois na escola saibam responder aos problemas que a sociedade lhes coloca. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que o Executivo, nos últimos dez anos, teve visão e trabalhou muito em proximidade. Referiu a captação dos recursos financeiros que conseguiu sem colocar em causa o equilíbrio financeiro municipal, destacando que tal decorre do trabalho, da mobilização de equipas, da apresentação de projetos vencedores que fazem de Guimarães uma cidade e um concelho de referência. Ao nível da coesão territorial referiu o investimento em todas as freguesias do concelho, fazendo com que todos os vimaranenses, em qualquer local que vivam, sintam a identidade vimaranense e a justiça da coesão territorial. Disse que as remunerações dos professores universitários e dos funcionários da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave contam para o cálculo do salário médio dos respetivos concelhos. Realçou o investimento na Ciência e na Educação, destacando que o Instituto Cidade de Guimarães, a Escola de Artes e de Design, a Escola de Música e de Artes Performativas, o curso de Engenharia Aeroespacial e a Universidade das Nações Unidas têm tido um efeito transformador da sociedade vimaranense e da economia. Referiu a Fábrica de Futuro e as várias indústrias com a componente de base tecnológica. Referiu obras que considera importantes como o Parque de Camões, as bacias de retenção e a requalificação do Largo das Hortas e a requalificação da zona das residências universitárias do polo de Guimarães da Universidade do Minho. Disse ter sido este Executivo a

apresentar a mobilidade urbana sustentável, depois de estudos relativos à ligação à alta velocidade e à futura estação ferroviária de alta velocidade em Braga. Referiu a via de ligação do Avepark como essencial para a mobilidade em Guimarães. A propósito do processo de auditoria determinada pelas suspeitas em torno do processo de atribuição de apoios às associações desportivas, na modalidade de artes marciais, terminou referindo que não há nada a imputar à atuação do Vereador Nelson Felgueiras e que, por esse motivo, o Vereador estava agora em pleno exercício das suas competências, nomeadamente do desporto. -----

O Presidente da Câmara respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida, Tiago Vieira Laranjeiro, Pedro Manuel da Silva Mendes, Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro e Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito. -----

----- **PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO** -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

A cidadã **Daniela Eduarda Silva Magalhães** disse querer abordar especificamente a questão dos percevejos, que afetou a zona de Creixomil no final de setembro, referindo ter contactado o Presidente da Câmara, através de email, relatando o problema grave na zona onde reside. Após o corte da vegetação junto ao prédio onde reside, disse ter sido deixado entulho no local, o que não resolveu o problema. Referiu que ligou para Câmara Municipal, para informar de que estava a enfrentar um problema sério devido à presença de percevejos, tendo também apresentado uma queixa ao Ministério do Ambiente. Posteriormente, disse que haveria algumas contradições nas declarações à imprensa sobre uma suposta estabilização da incidência da praga de percevejos, referindo, a propósito, que um biólogo da Universidade de Coimbra confirmou que os percevejos não morrem com o frio e que estão atualmente em hibernação, mas que



irão voltar a procurar alimento entre fevereiro e abril, causando, novamente, problemas graves. Assim, a descida de temperatura não acabará com a praga, pelo que alertou para este problema e pediu uma intervenção urgente por considerar que existe uma oportunidade agora para resolver esta situação, enquanto os percevejos estão em hibernação. -----

**Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro**, pelo Grupo Municipal do PS, começou por agradecer, em nome do Partido Socialista, a questão colocada na intervenção. De seguida, disse que, qualquer momento de aparecimento de pragas que, de alguma forma, causam apreensão e distúrbio aos munícipes, é uma situação que deve preocupar, não só a bancada municipal do Partido Socialista, mas também todas as restantes e, em especial, a Câmara Municipal como responsável para resolver essa situação. Fez referência à confusão gerada relativamente à espécie de percevejo de que se está a falar, que também se ficou a dever pelo mediatismo criado pelo percevejo que foi encontrado em França e que, de alguma forma, criou um alerta relativamente à situação. Disse tratar-se de uma espécie que procura essencialmente espaços agrícolas e que esse pode ser um dos motivos para o aparecimento e proliferação na freguesia de Creixomil. Referiu que, a apesar da espécie se encontrar em hibernação, a proliferação que está a ocorrer neste momento pode estar relacionada com as alterações climáticas. Terminou dizendo que deve existir um acompanhamento contínuo, ouvir os munícipes e tudo se fazer para atenuar os efeitos destes episódios, que podem continuar a acontecer e proliferar. -----

A cidadã **Mónica Mariano Carneiro Dias** começou por referir que aguarda desde 2018 por uma habitação social, na sequência de um processo de violência doméstica, tendo perguntado, a propósito, o que se pretende fazer com a habitação social quando existem casas do IHRU devolutas. Reiterou a

problemática da habitação em Guimarães, dizendo que nem todas as pessoas têm condições para comprar uma casa, questionando os líderes dos grupos municipais sobre o que fazem no dia-a-dia para resolverem os problemas reais de quem mora em Guimarães. -----

**Sílvia Gonçalves Abreu Pinheiro**, pelo Grupo Municipal da IL, começou por referir que a Iniciativa Liberal acompanha a problemática da habitação em Guimarães, dizendo considerar tratar-se de uma falta de eficiência associada a burocracias nos procedimentos. Disse estar disponível para receber toda a documentação que a cidadã considere relevante partilhar para agilizar o processo da melhor forma. -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, pelo Grupo Municipal da BE, começou por referir que a intervenção da cidadã é o reflexo da realidade de muita gente em Portugal. Continuou dizendo que esta situação é a prova de que o Partido Socialista, quer a nível nacional, quer a nível local, tem sido incapaz de resolver os problemas da habitação. Acrescentou que não é a iniciativa privada que resolve estas situações uma vez que lhe compete construir com uma perspetiva do lucro, referindo que o Bloco de Esquerda tem vindo a propor a construção de um parque público habitacional, em Guimarães. -----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, pelo Grupo Municipal do CH, disse que o CHEGA propôs o alargamento do parque habitacional a construir na periferia da cidade. -----

**José Manuel Torcato Ribeiro**, pelo Grupo Municipal da CDU, começou por referir que a problemática da habitação não é apenas em Guimarães, mas algo instalado no país onde, de um momento para o outro, o preço das rendas ultrapassou o nível de vida da maior parte das pessoas. Disse que a intervenção da CDU tem pautado pela exigência de criação de condições de habitabilidade para todos, tal como está consagrado na Constituição da



República. Referiu a responsabilidade acrescida das forças políticas que têm maioria absoluta para a resolução destes problemas. -----

**Paulo Miguel Lima Peixoto**, pelo Grupo Municipal do CDS-PP, referiu que a problemática da habitação social não é um problema isolado de Guimarães, mas sim nacional. Continuou dizendo que aquilo que a cidadã veio transmitir era insuficiente para que o CDS pudesse analisar a situação concreta, transmitindo a disponibilidade para conversar posteriormente sobre o assunto. -----

**César Nuno da Costa Teixeira**, pelo Grupo Municipal do PSD, disse considerar que numa sociedade cada vez mais amordaçada é de louvar a coragem de os cidadãos virem a esta Assembleia expor os factos e as considerações. Referiu ser um choque entre a narrativa que muitas vezes se assiste e a realidade com a qual se deve confrontar nas tomadas de decisões. No que respeita à temática da habitação, disse que o PSD já vem há algum tempo a apresentar propostas nesta matéria. -----

**Susana Gabriela Meireles Campos Nunes**, pelo Grupo Municipal do PS, começou por solicitar o envio de toda a documentação disponível para que fosse possível proceder a uma análise mais profunda do assunto. Disse que a problemática da habitação é muito séria e que o Município de Guimarães tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas para ajudar a mitigar o problema e reforçar a habitação. -----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

#### INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO-----

**1 – PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA.** Submete-se à Assembleia Municipal, para conhecimento, uma informação respeitante à primeira alteração orçamental modificativa, da qual foi tomado conhecimento pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em vinte e

nove de novembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **2 – INFORMAÇÃO SOBRE SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2023.** Submete-se à Assembleia Municipal, para conhecimento, uma informação sobre a situação económico-financeira do Município reportada a trinta de junho de dois mil e vinte e três, da qual foi tomado conhecimento pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Requerimento para a prorrogação da suspensão do mandato de **César Manuel de Castro Machado**, por mais um período de noventa dias, nos termos do nº 1 e nº 2 do art.º 77º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

ASSEMBLEIA -----

**3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023.** Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.--

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

**Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros:** Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Rui Armindo Ferreira da Costa e Silva, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Anabela



Cardoso Castro, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Tiago Vieira Laranjeiro, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, José Pedro Ribeiro Salazar, João Pedro Sousa Pinto Rego Martins, Inês Alves Rodrigues, João Victor Salgado Almeida, Silvia Gonçalves Abreu Pinheiro, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira, Sérgio Alberto Castro Rocha, Miguel Fernando Ribeiro Besa Moreira, José Augusto da Costa Araújo, Ana Isabel Ribeiro Azevedo, Antero Daniel Fernandes Freitas, José Miguel Gonçalves de Sousa e Rosa Maria Silva de Lima. -----

**4 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2023.** Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. - A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

**Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros:** Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Rui Armindo Ferreira da Costa e Silva, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Francisco José Mendes Pereira, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Rui Armindo da Costa Freitas, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, José Pedro Ribeiro Salazar, João Pedro Sousa Pinto Rego Martins, Inês Alves Rodrigues, Silvia Gonçalves Abreu Pinheiro, Sérgio Alberto Castro Rocha, Miguel Fernando Ribeiro Besa Moreira, José Augusto da Costa Araújo, Flávio Romeu de Sousa Freitas, Ana Isabel Ribeiro Azevedo, Antero

Daniel Fernandes Freitas, José Miguel Gonçalves de Sousa e Rosa Maria Silva de Lima. -----

**5 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2023.**

Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dezassete de novembro de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

**Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros:** Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Rui

Armindo Ferreira da Costa e Silva, Hugo Maciel Tavares de Freitas, David José Gonçalves Faria, Clara Sofia Abreu Barros, José Pedro Ribeiro Salazar, João Pedro Sousa Pinto Rego Martins, João Victor Salgado Almeida, Silvia Gonçalves Abreu Pinheiro, Maria Odete Abreu Lemos, Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira, Sérgio Alberto Castro Rocha, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro, Maria Adelaide Andrade Silva, António José da Silva Ribeiro, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu, Ana Isabel Ribeiro Azevedo, Antero Daniel Fernandes Freitas, José Miguel Gonçalves de Sousa e Rosa Maria Silva de Lima. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

**6 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2024 PPI - PLANO DE ATIVIDADES - ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2024. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - MAPA DE PESSOAL 2024 - ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS.**

Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024. PPI – Plano de Atividades –





Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2024. Regulamento de Execução Orçamental – Mapa de Pessoal 2024 – Orçamentos das Entidades Participadas”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião de vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve:

“Centro de Saúde na encosta da Penha. Poderá ser dito que quando estamos dispostos a ouvir os outros, a discutir ideias, conseguimos verdadeiramente servir? Sim, pode e deve ser dito. O CHEGA nunca foi, não é e nunca será um entrave ao crescimento de Guimarães, por muito que se queira ludibriar o trabalho que realizamos nesta casa. Ver este ponto aqui é uma vitória de todos os Vimaraneses, ver tantos outros ignorados é, sem dúvida, desmotivador. Ainda na apresentação pública da reforma da Avenida D. João IV, Alameda, Toural e da Rua Santo António ouvimos várias figuras académicas falar em parque automóvel. Tal como nós falámos ainda em 2021, dando o parque da estação da CP como o local mais estratégico para a construção de um Parque Automóvel. Mas a verdade é que nem os dados sobre o parque da Mumadona nos é fornecido na integra, quanto mais ouvir o CHEGA num ponto tão sensível como a mobilidade. Sobre a EN 310 temos definitivamente obra, mas não aquela que precisamos como utentes diários. Muito há ainda a fazer neste ramo que atravessa a cidade do oeste a Sul. Agora vamos agora comparar uma Vila a uma União de freguesias: Ponte – USF, reforma de ruas, Vila Desportiva, Requalificação e Expansão do Parque Industrial; Leitões, Oleiros, e Figueiredo – Idosos para Brito, Crianças para Ronfe, Desporto para Airão ficando apenas esta população com a estagnação socialista. De fato um centro cívico contendo uma cresce, uma

escola, um centro de dia, um lar e tantas outras necessidades, que sirvam estes cidadãos é de facto uma utopia, pois o PS assim o quer. Muito podemos dizer sobre o que não está. Mas sobre o que se está além de dúvidas, estranheza e receios pouco há a dizer. Um orçamento que dá seguimento à visão que o partido traçou em 1989. Vamos fazendo e depois vê-se. Perguntamos então sobre alguns pontos do Plano: Relações Públicas Internacionais - 70 000€ - Gestão de Habitação – 80 000€ - Em que consistem especificamente estes gastos? Mobilidade e Transportes – 1 754 000€ - Que parte deste dinheiro é reservado para a melhoria do transporte em si?” -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “No Plano e Orçamento, figuram como habitualmente as Grandes Opções do executivo para o desenvolvimento estratégico de Guimarães. Não podendo focarmo-nos em todos os pontos, por falta de tempo, salientamos alguns, até porque haverá oportunidade de explorar outros mais à frente. No documento é referida uma “nova geração de políticas de habitação”, e ainda bem que colocam a expressão entre aspas, é que é mesmo entre aspas. Se o apoio ao arrendamento é essencial para situações emergentes, não deixa de ser insuficiente, incapaz de responder às necessidades existentes e isento de criar situações de aproveitamento dos mais frágeis. Está em elaboração a Carta Municipal de Habitação e a criação do Conselho Municipal de Habitação. Ora, que o dito Conselho, não sirva só para ratificar a Carta e que ela seja de verdade um instrumento criado pelo Conselho Municipal de Habitação. É referida a construção de uma via segregada de ligação à variante de Creixomil para corrigir o problema que vocês não souberam resolver na rotunda de Silvares. Uma escolha eleitoralista, sem avaliação de tráfego, que não resolveu nada a obriga agora a uma nova intervenção.



Parece que para o PS, não pode haver mandato sem desmando. E não vale a pena repetir Sr. Presidente, já sabemos que têm maioria porque os Vimaraneses votaram em vocês, mas brevemente discutiremos sobre como isso se consegue. Novamente, a Candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia já anunciada, mantendo em funcionamento um processo e uma estrutura que se percebeu não convencer os elementos da Comissão de acompanhamento da Assembleia Municipal, e pior do que isso, não conseguiu, ou não quis, convencer o executivo das fragilidades da candidatura, claras para quem conseguiu consultar o relatório final ainda que sobre vigilância. As Grandes Opções deste executivo, centram-se também na manutenção dos Contratos Programa e das Entidades Participadas, com todo o desgaste financeiro e político que têm causado. Insistimos no mesmo, é uma escolha política, que permite a manutenção de cargos políticos e permite a Domingos Bragança fugir à responsabilização. Fala-se muito da transição energética, mas muito pouco de pobreza energética. O número de famílias que têm de optar entre aquecer a casa, cozinhar ou tomar banho deve preocupar-nos a cada dia. Essa escolha está relacionada com as condições habitacionais e com os rendimentos disponíveis. Os últimos dados, indicam que a pesar da percentagem ter diminuído, continuam a existir grupos e zonas do país onde isso é preocupante. O Vale Eficiência, medida criada com esse propósito, está concentrado nas famílias beneficiárias de apoios sociais e é por isso insuficiente. Uma análise que o Público noticiou, indica que as pessoas com mais de 65 anos, reformados e famílias onde há pelo menos um desempregado têm extrema dificuldade em pagar essas necessidades. Sr. Presidente, perguntamos quais os dados que tem sobre esta matéria e que disponibilidade tem o município para contribuir para a diminuição desta

realidade. Todo este documento é sobre a escolha de como se utiliza o orçamento municipal. Assim, deixamos aqui as propostas que o Bloco apresentou ao município para este plano e orçamento: - Progressiva Gratuitidade dos transportes urbanos e posterior alargamento ao serviço concessionado; - Construção de um parque habitacional municipal, descentralizado e a custos controlados; - Criação de um programa da construção de cooperativas de habitação pelo município entregando posteriormente a sua gestão aos moradores; - Incentivar o crescimento económico sustentável e inclusivo, para micro, pequenas e medias empresas com impacto ecológico positivo e boas praticas laborais, acompanhado por técnicos especialistas, sociedade civil, organizações sindicais e ambientais e todos os representantes dos partidos políticos desta assembleia; - Grupos de trabalho que, junto da comunidade escolar desenvolvam projetos que contrariem os mais recentes relatórios sobre violência; - Na Ação social, disponibilidade para a realocação de verbas de outras áreas se houver necessidades inesperadas, reconhecendo prioridades; Portanto, senhoras e senhores deputados, o orçamento do município é de todos e todos devem ter oportunidade de se pronunciar e indicar quais pensam ser as prioridades e romper com paradigmas que exigem rutura. Sr. Presidente, considera, no âmbito do orçamento que provavelmente sofrerá retificação, haver abertura para a inclusão de alguma das propostas do bloco?" -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Pedro Manuel da Silva Mendes. -----

**Paulo Miguel Lima Peixoto**, do Grupo Municipal do CDS-PP, começou por destacar o orçamento em análise como o maior orçamento já registado no Município, totalizado cento e setenta e cinco milhões de euros. Analisou o mandato do atual Executivo, observando uma evolução significativa nos orçamentos ao longo dos anos. Disse que em 2021, o orçamento para o ano



seguinte foi de 107 milhões de euros, enquanto em 2022 esse valor subiu para 145 milhões de euros. Para o ano de 2024, o orçamento estabelecido é de 175 milhões de euros, representando um crescimento de 21% em relação ao ano anterior. Ressaltou que, por se tratar de um documento previsional, é necessário considerar a possibilidade de alterações. Disse que em fevereiro do próximo ano está prevista a discussão e votação da transferência do saldo de gerência de 2023, o que poderá resultar num orçamento ainda maior para 2024, estimado em cerca de 200 milhões de euros. Levantou a questão sobre se um orçamento em crescimento deveria ser automaticamente interpretado como um sinal de evolução positiva. Da análise do crescimento dos orçamentos municipais nos últimos anos, constatou que esse aumento não se refletiu em melhorias significativas na qualidade de vida dos vimeiraneses, nem na competitividade do concelho. Disse que anunciar investimento difere da realização efetiva desse investimento. Referiu, ainda, que o aumento significativo do orçamento é em parte influenciado pelas delegações de competências em vários domínios, mas que isso por si só não podia justificar tudo. Constatou que a maior parte do orçamento é destinada a despesas de funcionamento, enquanto os investimentos continuam a ser a rubrica negligenciada. Ao rever intervenções anteriores, constatou que já em 2017, na proposta de orçamento para 2018 apresentada pelo Presidente Domingos Bragança, as prioridades incluíam a requalificação dos prédios da habitação social e a ampliação dos parques industriais de Ponte e do Avepark. No entanto, referiu que, passados 6 anos, e com sucessivos aumentos nos orçamentos, pouco ou nada mudou nesses domínios, assim como em muitos outros. Disse não adiantar atribuir o peso do aumento do orçamento apenas às delegações de competências. Continuou dizendo ser necessário questionar a

exequibilidade, ou a falta dela, das medidas concretas que impactam positivamente o quotidiano dos cidadãos e a competitividade do concelho. Disse que a evolução das acessibilidades e das ampliações dos parques industriais continua estagnada, assim como a resolução da via de acesso ao Avepark, que enfrenta questões judiciais. Salientou que esse cenário resulta num retorno nulo para a competitividade empresarial, o que, por sua vez, afeta negativamente a captação de investimento e a fixação de talento no concelho. Sobre as declarações do Presidente Domingos Bragança à comunicação social em novembro de 2023, destacando que o aumento do orçamento não tem nada de especial, disse serem reveladoras da incapacidade do executivo em responder às necessidades dos vimaranenses. Constatou que quase metade dos cerca de 175 milhões de euros do orçamento é assegurada através de taxas e impostos, representando um peso significativo para os vimaranenses, contribuindo para desmistificar a ideia de que viver em Guimarães não é tão bom quanto se apregoa. Concluiu registando positivamente a descida do IMI. -----

**José Manuel Torcato Ribeiro**, do Grupo Municipal da CDU, começou por dizer que o maior orçamento municipal de sempre, no valor de 175,3 milhões de euros, era o último grande anúncio do Executivo em 2023. No entanto, disse considerar que esse anúncio levanta questões sobre as diversas obras prometidas ao longo dos anos, algumas das quais ainda em curso e com dificuldades para serem concluídas. Levantou a questão de que se a pandemia da COVID-19 e o subsequente Plano de Recuperação e Resiliência não tivessem acontecido se hoje se falava de projetos como a via do Avepark e as residências universitárias. Destacou que o aumento do orçamento se deve em parte à transferência de competências para as autarquias, considerando ser um processo complexo que enfrenta problemas de incumprimento, como evidenciado pela não transferência de



cerca de 3,5 milhões de euros relativos aos meses de abril a dezembro de 2022. Disse que esse facto levanta preocupações sobre a capacidade de o Município enfrentar desafios como a requalificação das escolas, uma vez que muitas promessas nessa área ainda estão por cumprir, referindo, a propósito, a necessidade de investimento na reabilitação dos centros de saúde. Além disso, apesar dos recursos financeiros disponíveis, referiu que muitas promessas eleitorais continuam por realizar, incluindo a construção de fogos, a construção da habitação social, habitação a custos controlados e habitação para arrendamento a preços acessíveis. Disse considerar que um concelho que não atrai população, nem sequer é capaz de fixar os seus filhos, tende para a perda de importância e atratividade. Acrescentou que os transportes públicos urbanos têm de chegar a todos os pontos do concelho, têm de servir as populações da cidade e das freguesias mais afastadas da cidade, têm de oferecer conforto, comodidade, frequência e rapidez a todos os cidadãos, contribuindo para a coesão territorial e social. Enfatizou a falta de investimento em transportes públicos adequados como um problema que compromete a mobilidade e contraria as intenções da candidatura a capital verde. No que diz respeito à mobilidade, disse que as propostas da Câmara Municipal são questionáveis, como o traçado da via de acesso ao Avepark e o investimento num estudo para a implementação do BRT, levantando dúvidas sobre a sua viabilidade e eficácia. -----

**Sílvia Gonçalves Abreu Pinheiro**, do Grupo Municipal da IL, começou por referir que a Iniciativa Liberal tem uma visão clara para o futuro de Guimarães e que o planeamento é essencial para concretizá-la em todas as suas vertentes. Destacou a urgência de reduzir impostos, eliminar taxas e burocracias desnecessárias. Continuou dizendo que digitalizar processos não é suficiente; é necessária uma revisão estrutural dos procedimentos

burocráticos para uma gestão mais eficiente e transparente. Mostrou preocupação sobre a falta de uma estratégia concreta para fomentar o investimento e promover uma economia de futuro em Guimarães. Disse ser fundamental criarem-se condições para atrair investimento privado e posicionar Guimarães como um destino atrativo para empresas, alinhado com as áreas de especialização locais. Embora reconheça o investimento na cultura e no estado social, disse ser necessário priorizar políticas que permitam fixar a população. Referiu que uma melhor gestão autárquica deve descomplicar a vida das pessoas, atrair e criar as melhores condições para os cidadãos, permitindo o progresso da sociedade. Terminou dizendo que falta planeamento para o futuro dos jovens e garantias de que tenham oportunidades para permanecer em Guimarães e contribuir para o seu desenvolvimento. -----

**Hugo Francisco Monteiro Teixeira**, do Grupo Municipal do PS, começou por referir que da análise das grandes opções do plano e orçamento para 2024, fica evidente o compromisso do Partido Socialista com o futuro de Guimarães, não apenas para o próximo ano, mas para os anos vindouros. Disse que ao longo dos anos, sob a liderança de Domingos Bragança, o PS tem definido eixos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento do concelho, destacando-se a educação, cultura e ciência. Referiu que estas áreas são interligadas e cruciais para impulsionar uma economia mais qualificada, promover a coesão social e alcançar um desenvolvimento sustentável. Disse que a ciência e o conhecimento desempenham um papel fundamental no avanço da sociedade e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Disse que o investimento em ciência e educação se refletia em diversas obras estruturantes, como a instalação do curso de engenharia aeroespacial da Universidade do Minho na Antiga Fábrica do Arquinho, a criação da Academia de Transição Digital na Fábrica do Alto em Pevidém e a





reabilitação de centros escolares em várias localidades. Destacou projetos como a instalação de um novo centro de saúde em Mesão Frio-Costa-Abação, a Escola Hotel do IPCA, na antiga Quinta do Costeado, para impulsionar o turismo, e a construção de residências universitárias no Avepark, para garantir o crescimento equitativo do concelho. Terminou dizendo que a aposta do Partido Socialista nestas áreas reflete uma visão de longo prazo para Guimarães, que tem sido reconhecida e apoiada pelos vimaranenses ao longo dos anos, sendo a estratégia certa para impulsionar o desenvolvimento e garantir um futuro próspero para o concelho. -----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Faria Ferreira e André Filipe Mendes de Castro Almeida. -----

**César Nuno da Costa Teixeira**, do Grupo Municipal do PSD, começou por evidenciar a disparidade entre a narrativa da maioria socialista e a realidade com que nos deparamos, tanto em termos de factos quanto de procedimentos. Disse que o orçamento não alinha com a visão do PSD para Guimarães, revelando uma falta de rasgo, estratégia e visão de futuro. Disse, ainda, que não responde às necessidades económicas e sociais do concelho e dos seus habitantes. Acrescentou que o facto de o maior partido em Guimarães usar o seu resultado eleitoral como único argumento para defender as suas políticas, demonstra a falta de argumentos para justificar a sua incapacidade governativa. Disse que no ano passado alertaram para as dificuldades enfrentadas pelas famílias, instituições e empresas, e que criticaram o ataque à classe média vimaranense representado pelo orçamento de 2023. Relembrou que a política fiscal adotada foi descrita como um "dumping social solidário", que enriquece o Município à custa do empobrecimento de trabalhadores, famílias, instituições e empresas locais.

Referiu que o próximo ano exigia um esforço para apoiar a classe média vimaranense, aliviando a carga fiscal e promovendo o desenvolvimento económico. No entanto, disse considerar que este plano e orçamento refletem uma estagnação, enquanto as antigas indústrias enfrentam uma crise dramática e o desemprego aumenta. Acrescentou que o Município se concentra apenas em aumentar a receita fiscal, sem promover iniciativas significativas para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos ou lançar projetos para o futuro do concelho. Referiu o aumento exponencial do orçamento municipal nos últimos dois anos, questionando se isso se traduziu em melhorias tangíveis na qualidade de vida dos vimaranenses. Disse que o plano e orçamento do PS carecem de ambição na promoção do desenvolvimento económico e da inovação em Guimarães, ao contrário das propostas defendidas pelo PSD. Terminou referindo que o PSD continuará a defender propostas e projetos que visam verdadeiramente impulsionar o desenvolvimento e melhorar a vida dos cidadãos de Guimarães. -----

César Nuno da Costa Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos e Susana Gabriela Meireles Campos Nunes. -----

A réplica de César Nuno da Costa Teixeira aos esclarecimentos que lhe foram solicitados, levou **Susana Gabriela Meireles Campos Nunes**, do Grupo Municipal do PS, a lavrar um protesto, pela sugestão de falta de elevação que lhe foi endereçada. -----

**Augusto Rafael Capela Duarte**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A Câmara Municipal de Guimarães submeteu à discussão e aprovação por esta assembleia o seu terceiro plano e orçamento, desde o início do Mandato. Como foi devidamente noticiado e referido por todos os intervenientes da vereação, este plano orçamento para 2024, é o maior de sempre em



Guimarães. Os números, de facto, saltam à vista. É um orçamento no valor de 175 milhões euros. Isto é uma quantia bastante significativa, sobretudo porque representa um crescimento de cerca de 30 milhões face a 2023 (145ME) e quase 70 milhões face a 2022 (107ME). A fim de não sermos enganados pelos números, e por alguns dos seus mais ardilosos interpretes, importa olharmos para eles e percebermos o que eles de facto representam. A primeira nota que importa salientar, é que este aumento da despesa anual da Câmara está alicerçado no processo de descentralização de competências. Guimarães tem vindo a assumir cada vez mais responsabilidades na área da Educação, na área da saúde, e também na área social. Em consequência aumentaram as transferências do Estado Central para o Município. A responsabilidade da gestão destes serviços implica naturalmente um aumento da despesa, com os seus trabalhadores, com a gestão do património, despesa essa que é financiada, sobretudo através de transferências do Estado Central. A assunção de competências e responsabilidades por parte do Município é de salutar, porque permite maior proximidade com os cidadãos, que por sua vez se traduz numa melhor interpretação dos problemas a resolver e das necessidades a suprir nos serviços prestados. Por outro lado, importa salientar que o crescimento do orçamento também está alavancado no aumento do investimento, cujo valor face a 2023, sobe em 20 milhões Euros, para cerca de 70 milhões. Ao contrário do que tentou fazer crer a Direita, este aumento do investimento não está alicerçado num aumento dos impostos, muito menos na “asfixia fiscal”. Na verdade, este orçamento prevê uma redução do valor do IMI de 0,33 para 0.32%. Valor este muito próximo do mínimo legal de 0,3%. Diga-se também, que esta previsão do aumento do investimento, não é suportada pelo aumento do endividamento da Município. Esta previsão do aumento do

investimento, está fundamenta na captação de fundos europeus e comunitários, mas também na gestão rigorosa, e numa política fiscal justa e equilibrada, que permite canalizar parte da receita corrente, para investimento, mantendo desta forma o equilíbrio e sustentabilidade do Município. Os números que nos são apresentados demonstram também o modelo de desenvolvimento, pretendido para o município, está em consonância com o programa eleitoral que venceu, por larga maioria as últimas eleições autárquicas. É um Plano e Orçamento que procura através da Educação, da Cultura e da Ciência, e através da preservação ambiental, instigar à promoção da qualidade de vida, à coesão social, e ao desenvolvimento económico. Fá-lo com uma matriz que rejeita claramente um papel passivo da Câmara Municipal, no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento económico a seguir. É nessa visão que se inserem, por exemplo, a instalação de um Centro de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, na antiga fábrica Amadeu Miranda, a nova Escola Hotel do IPCA, a construção das instalações dos cursos de engenharia aeroespacial na Caldeiroa, o projeto do novo Eco parque industrial sustentável, ou a instalação de uma residência Universitária no Avepark. É assim que deve ser! O Município aposta no desenvolvimento através do conhecimento e da ciência, juntando a academia, convidando as empresas, para coletivamente dar corpo aos desígnios sufragados pelos vimaranenses. É também é nessa visão que se inserem os reforços das dotações previstas para as funções sociais do município, que permite uma melhor resposta as necessidades de Educação, da Segurança e Ação Social, da Cultura e do Desporto, valências essas tão necessárias para a autorrealização de cada um dos vimaranenses. Senhoras e senhores deputados, é evidente que este orçamento pode não agradar a toda as bancadas aqui presentes. No que toca à política, é difícil a quadratura do círculo. Para aqueles que gritam por um choque fiscal, terá



que ser dito que esse choque, teria como reverso da moeda, uma diminuição da capacidade do Município de cumprir os seus desígnios e objetivos e isso implica um modelo de sociedade diferente daquele que o partido socialista acredita. Para nós é fulcral uma sociedade equitativa, de igualdade de oportunidades e assente numa lógica redistributiva. Da nossa parte, e porque acreditamos num modelo de sociedade em que os problemas de um, são os problemas de todos, rejeitaremos sempre um modelo que põe em causa a capacidade de intervenção coletiva. Não nos revemos na crença de que uma mão invisível vai por milagre resolver os problemas e dar corpo às necessidades de todos. Não nos revemos na diabolização dos impostos e da sua função social. Não nos revemos na diabolização da ação coletiva e da atuação do próprio estado, Pelo contrário: acreditamos numa sociedade onde a justiça social impera; onde privado e público estão em harmonia; onde todos, sem exceção, são tratados de forma igual na igualdade e de forma diferente na justa medida dessa diferença. Acreditamos num modelo de sociedade onde o poder público define estratégias e objetivos, impõe regras e estabelece limites, preserva o nosso território e o nosso planeta, e que garante acesso universal à saúde e à educação. É por isso que salutamos este plano e orçamento, que não tem medo de assumir responsabilidades, não se escusa a apontar caminhos e a definir objetivos, que colocam Guimarães na trajetória certa para que cada um dos vimaranenses esteja mais perto de se realizar.” -----

Augusto Rafael Capela Duarte respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Paulo Miguel Lima Peixoto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que o eleitorado vimaranense tem confiado no Partido Socialista e na sua pessoa para liderar o Executivo, caracterizado pela proximidade, competência, dedicação e

escuta das necessidades da população e das instituições. Constatou que a maioria das obras e projetos que se têm implementado são financiados por fundos europeus, não pela carga fiscal sobre os vimaranenses. Salientou que a carga fiscal em Guimarães é inferior à de concelhos vizinhos, de acordo com dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística e do IPCA. Quanto à questão das indústrias têxteis e de calçado, disse referir-se a elas como indústrias de base tecnológica. Referiu que o Professor Fernando Alexandre afirmou que a economia de Guimarães é forte e que as indústrias locais estão bem posicionadas no contexto tecnológico atual. Relativamente à habitação, referiu o lançamento de concursos para a construção de 172 casas de habitação social, e que se se conseguir aumentar o orçamento para 115 milhões de euros, poder-se-á adquirir mais 100 casas. Mencionou a reabilitação das habitações em Gondar em colaboração com o IHRU. Quanto às vias, disse ter investido em várias estradas importantes para o concelho. No que diz respeito à intervenção do Estado na economia e na habitação, disse concordar que o mercado, por si só, não resolve todos os problemas e que o Estado deve intervir para criar condições e linhas de atuação adequadas. Referiu que o trabalho árduo que se tem realizado em parceria com a Universidade e os centros de saber tem contribuído para a evolução tecnológica das empresas e para a qualificação dos trabalhadores. Continuou referindo o desenvolvimento de um Centro de Tecnologia na Fábrica do Futuro, reiterando a sua importância no impulsionamento da economia regional. No setor da saúde, referiu a construção de um novo centro de saúde que terá capacidade para realizar diagnósticos avançados e ajudar a descongestionar as urgências hospitalares. Terminou dizendo estar empenhado em continuar este trabalho árduo e em responder às necessidades e aspirações dos vimaranenses da melhor forma possível. -----



O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida, Paulo Miguel Lima Peixoto, César Nuno da Costa Teixeira, Sílvia Gonçalves Abreu Pinheiro e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por maioria. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU APROVAR** a ata em minuta, por maioria, com 1 abstenção (Ana Paula Cardoso Lemos Damião – PSD).-----

Pela uma hora e trinta minutos, do dia seguinte, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por **SUSPENSA A SESSÃO**, que terá continuidade no dia 18 de dezembro, pelas 21:00 horas. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. --